

A FILOSOFIA MARXIANA UMA ANÁLISE DAS TESES DE MARX SOBRE FEUERBACH

Antonio Rufino Vieira
Departamento de Filosofia da UFPB

RESUMO

Tendo como referência o pensamento de Ernst Bloch, analisaremos o significado da filosofia marxiana a partir das *Teses sobre Feuerbach*. Em tais Teses podem ser observados elementos importantes para a compreensão dos pressupostos marxianos de filosofia, como o conceito [homem], a relação teoria-prática, o conceito de trabalho e, fundamentalmente, a posição relativa à Filosofia da praxis, repondo em pauta o problema do humanismo real e concreto.

Ernst Bloch (1885-1977) pode, juntamente com Luckács, Gramsci, entre outros, ser apontado como um renovador do marxismo. Em um momento em que se houve falar na “morte do marxismo” em virtude da crise dos “socialismos reais”, vale a pena retornarmos a esse pensador cuja reflexão não se enquadrava nos estreitos limites do marxismo ortodoxo. Entendemos que Bloch visava a revigorar o marxismo contemporâneo ao analisar temas

Princ.	Natal	Ano 3	n. 4	p. 27-50	jan./dez. 1996
--------	-------	-------	------	----------	----------------

até então relegados ao âmbito das filosofias idealistas, como a “consciência antecipante”, o “sonho”, a “utopia”, o conceito de “Reino da Liberdade”, o “futuro”, etc. Segundo ele, a utopia concreta, não sendo identificada em qualquer sentido negativo, tal como sonho irrealizável, leva os homens a realizarem o melhor possível, à medida que se engajam em sua construção¹.

Em sua obra principal, *O Princípio Esperança*², Ernst Bloch realiza, entre outros temas, uma radical interpretação das 11 *Teses sobre Feuerbach*³. Apoiando-nos na abordagem blochiana, versaremos sobre o significado da filosofia marxiana a partir destas Teses, pois nelas podem ser observados elementos importantes para a compreensão dos pressupostos marxianos de filosofia, como o conceito “homem”, a relação teoria-prática, o conceito de trabalho e, fundamentalmente, a posição relativa à Filosofia da práxis.

A análise que Bloch faz das *Teses sobre Feuerbach*, explicitando o sentido de “transformação do mundo”, problematiza a relação possibilidade-matéria, a fim de que a manifestação do ainda-não-ser se dê em totalidade. Bloch concentra as 11 Teses em quatro grupos diferentes, tendo como referência a temática filosófica e não a ordem numérica. O primeiro grupo reúne as teses relativas à teoria do conhecimento, concernindo à intuição e à atividade (teses 5, 1, 3); o segundo, as teses antropológico-históricas, concernindo à alienação e ao materialismo real e verdadeiro (teses 4, 6, 7, 9, 10); no terceiro, estão as teses relativas ao problema teoria-prática (teses 2, 8); finalmente, o quarto grupo resume-se à palavra de ordem sobre a possibilidade da existência da filosofia (tese 11).

No primeiro grupo (5, 1, 3), estão as teses pelas quais Marx supera as epistemologias do idealismo e do materialismo anterior, as quais se fundam, respectivamente, na contemplação ou no ativismo. Marx fundamenta a teoria do conhecimento no campo da práxis. Essa práxis só pode ser o trabalho realizado pelo

homem livre. Torna-se necessária uma prática revolucionária que modifique as estruturas opressoras da sociedade que alienam o homem (segundo grupo: 4, 6, 7, 9, 10). Todavia, a práxis revolucionária estaria fadada ao teorismo ou ao ativismo, caso um dos elementos, a teoria ou a prática, fosse único determinante desse processo; a revolução justifica-se, portanto, porque teoria e prática estão dialeticamente interligadas (terceiro grupo: 2, 8). A última tese (quarto grupo: 11) vem demonstrar que a filosofia é necessária para manter o marxismo na exigência da verdade. Segundo Bloch, o conjunto das 11 Teses proclama:

É a humanidade socializada, em aliança com a natureza mediada com ela, que permite a transformação do mundo, em vista de nele fazer o seu lar (Heimat), isto é, o lugar da identidade consigo mesmo e com as coisas (PE, I, 344-5).

A análise blochiana das *Teses sobre Feuerbach* resume e fundamenta a sua concepção de utopia concreta, de antecipação, de esperança, pois o problema da transformação permeia a própria situação do homem no mundo. Nesse sentido, tais Teses oferecem subsídios para diversas questões polêmicas, como a relação materialismo científico - materialismo vulgar, a relação teoria - prática e, principalmente, repõem em pauta o problema do humanismo real e concreto. Segundo essas teses, é a própria atividade do homem que vem humanizá-lo; a atividade prática confunde-se com o trabalho, estando, pois, a história da libertação ligada à própria libertação do trabalho.

1. Teses sobre a teoria do conhecimento - Teses 5, 1, 3 (PE, I, 307-316)

O defeito fundamental de todo materialismo anterior - inclusive o de Feuerbach - está em que só concebe o objeto, a realidade, o mundo sensível, sob a forma de objeto ou de

percepção, mas não como atividade concreta, como prática, não de modo subjetivo (Tese 1).

O posicionamento do materialismo vulgar, inclusive o de Feuerbach, leva a uma concepção puramente ativista da história, pensando ser o homem exclusivamente produto das circunstâncias e da educação, mas “esquece que são precisamente os homens que modificam as circunstâncias e que o educador tem ele próprio necessidade de ser educado”⁴.

O primeiro conjunto de teses cumpre a função de demonstrar que, segundo Marx, conhecer o mundo não é afastar-se do real, mas, sublinhando-se a noção de atividade subjetiva, apreendê-lo e transformá-lo através do trabalho. Vale ressaltar que uma das críticas blochianas à utopia abstrata residia no fato de nela haver um desconhecimento da noção de trabalho livre, o que acarretou, de um lado, um idealismo abstrato e de outro, um niilismo derrotista. A noção de trabalho, tal como é apresentada em Marx, já fora antecipada pelos materialistas anteriores a ele, inclusive por Feuerbach (PE,I,309); esse materialismo, porém, não se distanciava da pura contemplação, desconhecendo que há “uma relação de oscilação constante entre o sujeito e o objeto, que se chama trabalho” (PE, I, 310). Essa noção de trabalho permite a ultrapassagem da abstração: para conhecer, é necessário agir, e para agir, é necessário conhecer. Com isso, supera-se o sentido de alienação que existe no trabalho. Pelo trabalho, o homem domina a natureza, objetivando-a; através desse processo, humaniza-se, pois, ao humanizar a natureza, liberta-se. Esse fato, segundo Marx e Engels, faz com que haja uma diferença qualitativa entre os homens e animais:

Essa distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência de sua organização corporal. Ao produzi-

*rem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.*⁵

A categoria “trabalho” oferece, portanto, a chave para a compreensão do desenvolvimento do homem, enquanto homem. O trabalho é uma tarefa social, fonte criadora da sociedade (e, por degeneração, provoca a divisão da sociedade em classes; enquanto por revolução, é fonte de desenvolvimento da sociedade sem classes). É conhecida a famosa passagem do Prefácio à *Contribuição à crítica da Economia Política*, onde Marx analisa as relações entre consciência e vida social, base econômica e superestrutura.

*Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente, determina a sua consciência.*⁶

Tendo em vista ser a consciência um produto social, ela também é histórica; como ter consciência significa conscientizar-se de alguma coisa, a consciência é a relação com outra coisa que não ela mesma, com a realidade social. Esse princípio inaugural do materialismo histórico supera o humanismo de Feuerbach. Uma das dúvidas levantadas acerca desse princípio liga-se ao próprio método dialético, pois tem-se a impressão de haver um predomínio unilateral do princípio “ser social” (vida social) sobre a consciência. Como evitar um tal tipo de interpretação, precisamente contra

os fundadores do materialismo dialético? Engels, em uma carta a Joseph Bloch, responde a essa questão, afirmando que o fator determinante na história é a produção e a reprodução da vida real; mas o fator econômico não é o único determinante, pois, embora seja a base de sociedade, existem diversos outros elementos da superestrutura que exercem igualmente a sua ação no curso das lutas históricas.⁷

É preciso tratar a relação “ser social e consciência” com muito cuidado, pois dela depende a compreensão da ciência marxista. Se for interpretada segundo parâmetros mecanicistas, chegar-se-á à conclusão de que a consciência só existe em função do ser social; mudando-se esta, mudaria mecanicamente aquela. Além disso, a relação “base econômica - superestrutura” seria determinada pelo primeiro elemento: mudando-se as condições econômicas, todo o arcabouço jurídico, político, ideológico, automaticamente sofreria mudanças, acompanhando a nova ordem econômica. Uma interpretação desse tipo não dá importância à superestrutura, aos modos de consciência social, admitindo-a apenas enquanto reflexo da base. Não podemos esquecer que tal interpretação pode ser reforçada pela não menos famosa passagem extraída de *A Ideologia Alemã*.

*Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual.*⁸

Tem-se a impressão de que há uma certa incompatibilidade entre o homem que trabalha (sem deter, porém, os meios de produção) e a estrutura da sociedade, sendo ele totalmente determinado pelas vicissitudes do sistema dominante. Segundo isso, parece que a mudança possível só ocorrerá quando a base econômica sofrer radical transformação. Como algo pode mudar, sem que haja antes uma mudança a nível humano? Como é possível

admitir admitir que a mudança nas bases econômicas surja do nada? Ou será que ela se dá gradativamente? Por essas questões, é possível observar que não é tão fácil considerar as relações “base econômica - superestrutura”, “vida social - consciência” de modo mecânico, sob cujo aspecto, na maioria das vezes, o pensamento marxiano é interpretado. Uma visão desse tipo levaria a conceber dois elementos estáticos, sem a real interdependência, e não dependência, entre ambos os pólos. Além do mais, a polêmica afirmação “o pensamento da classe dominante” poderia legitimar as formas dominantes, caso fosse feita uma interpretação mecanicista, pois, possuindo o poder material e espiritual, não permitiria o surgimento de formas de pensamento diferentes. Não haveria espaço para o novo, para o futuro. Certamente uma interpretação de tal quilate não pode ser aplicada ao marxismo, pois desvirtua a própria percepção de interdependência entre os diferentes fatores; como ressalta Engels:

Desde que nos limitemos a focalizar as coisas como se fossem estáticas e inertes, contemplando-as isoladamente cada uma de per si, no tempo e no espaço, não descobriremos nestas coisas nenhuma contradição.⁹

A abordagem da realidade como coisa estanque faz com que se tenha, no máximo, um conhecimento parcial dessa realidade e nunca sua totalidade. Por isso, os elementos “vida social - consciência”, “base econômica - superestrutura” interagem entre si. O que não significa, contudo, que se negue certa predominância do elemento econômico na estrutura social. Não é menos significativa a terceira tese, dirigida, segundo Bloch, “não apenas contra Feuerbach mas também contra os marxistas vulgares” (PE, I, 331). Essa tese fornece os esclarecimentos necessários sobre a reciprocidade entre os elementos citados, superando, assim, o materialismo mecanicista (o que pensa ser o homem produto do meio). Ao

abordar a questão do primado do ser sobre a consciência, afirma Bloch:

Sobre o plano da teoria do conhecimento, este primado se traduz pela existência do mundo exterior, independente da consciência humana; sobre o plano histórico, pelo primado da base material sobre o espírito (PE, I, 312).

Ele reconhece, todavia, que existe mediação entre o sujeito e o objeto, pois:

A atividade humana e sua consciência são parte integrantes da natureza, e ali ocupam uma posição essencial, enquanto práxis subversiva, agindo na base mesmo do Ser material, que, por sua vez, condiciona, em primeiro lugar, a consciência da geração seguinte. (PE, I, 314-5)

Essas duas citações de *O Princípio Esperança* corroboram a nossa interpretação de que há uma interdependência entre o homem que age sobre o objeto (trabalho) e a vida social. De outra forma, ao se admitir formas estanques de pensamento, nenhuma mudança qualitativa seria possível. A práxis consiste, portanto, em atividade do homem que, conscientemente, transforma o mundo.

2. Teses sobre antropologia filosófica - teses 4, 6, 7, 9, 10 (PE, I, 316-322)

Ao analisar o grupo das teses antropológico-históricas (teses 4, 6, 7, 9, 10), Bloch discute o conceito de alienação, pondo em debate o “materialismo real e verdadeiro”. Para ele, toda consideração sobre o significado de humanidade, de homem, de seus valores, tem de ter como base o conceito de alienação (PE, I, 316). Assim sendo, o socialismo só é verdadeiramente científico quando é centrado sobre o homem, quando “visa, por meios concretos, à supressão real de sua alienação” (PE, I, 318). O marxis-

mo se constitui, portanto, como luta contra a desumanização existente no capitalismo, em razão de seu impulso, “luta de classes, matéria de seu objeto; o marxismo é sempre ‘promoção da humanidade’” (PE, III, 482). O conceito de libertação permeia todo o discurso marxiano, sem, contudo, haver a negação de que a libertação se dê na natureza. Nesse sentido, a história humana e a história natural são explicitadas pela tese “da naturalização do homem e da naturalização da natureza” - tese essa constantemente mencionada por Bloch (PE, I, 247). Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, assim se posicionava Marx:

*O comunismo como um naturalismo plenamente desenvolvido é humanismo e como humanismo plenamente desenvolvido é naturalismo. É resolução definitiva do antagonismo entre o homem e a natureza e entre o homem e seu semelhante. É a verdadeira solução do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-afirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e espécie.*¹⁰

Aqui é levantada uma questão, freqüentemente escamoteada pelos marxistas positivistas, a saber, o humanismo concreto, que defende a idéia de que o conceito revolucionário está a serviço da construção da verdadeira sociedade socialista. É bastante difundida a tese althusseriana dos “cortes epistemológicos” no pensamento marxiano; tese que pretende separar o que é a produção intelectual do jovem Marx, do que foi produzido pelo Marx maduro. Na primeira fase, encontrar-se-iam escritos filosóficos de cunho humanista; essa seria superada pela fase de maturidade, caracterizada por uma análise estritamente científica da realidade social, abandonando os ranços filosóficos¹¹. Essa posição defende a idéia de que o humanismo marxiano só seria admitido como uma das fases do desenvolvimento do pensamento de Marx, a da juventude; rejeita que no período maduro houvesse qualquer tentativa de fundamentar uma filosofia humanista. Segundo Bloch, há, porém, uma

mistificação da obra marxiana ao querer-se privilegiar uma época sobre a outra; o humanismo marxista não é apenas uma fase da juventude, posteriormente descartada. A própria humanidade é inimiga da desumanização; assim sendo, o marxismo não é, senão, luta contra a desumanização, que culmina no capitalismo até o seu completo desaparecimento.

O marxismo autêntico, e por razão de seu impulso - luta de classes, matéria de seu objetivo - não é outra coisa, não pode ser outra coisa senão promoção da humanidade. {...} Este "imperativo categórico" material não está limitado, de forma alguma, como afirmam os seccionadores de Marx, aos trabalhos de juventude de Marx; de nenhuma maneira este imperativo é prejudicado pelo fato de que Marx transpôs à concepção materialista da história o que ele anteriormente tinha chamado de "humanismo real". (PE, III, 482).

O humanismo concreto¹² pode ser sintetizado como sendo a realização de uma comunidade autenticamente humana, que só é conseguida quando todos os homens estão livres¹³. Bloch fornece mais elementos para a discussão sobre o humanismo concreto ao analisar o conjunto de teses antropológico-históricas. O conceito de "alienação" é a chave para a compreensão do *humanum*. O gênero humano não é uma abstração, inerente a cada indivíduo isoladamente, considerado fora do contexto social e histórico. Afirma Marx na tese 6 que "a essência humana não é algo abstrato inerente a cada indivíduo. É, em realidade, o conjunto das relações sociais". Comentando esta passagem, Bloch destaca:

Não existe o ser genérico fixo "homem", com propriedades estáticas sobre as quais poder-se-ia fundar um direito natural; toda história mostra, ao contrário, uma transformação contínua da natureza humana. {...} Para o marxismo, o humanum tem um valor de um fim histórico e não de um princípio de dedução a priori.¹⁴

Bloch demonstra que o *humanum* e o mundo humanizado só serão conseguidos na experiência do futuro; não haveria sentido em que a naturalização do homem consistisse, apenas, em um “mens sana in corpore sano”; em contrapartida, a humanização da natureza não consistira em domesticá-la, o que seria uma “chatices”. Assim sendo, pensa Bloch, o socialismo científico é definido por sua luta pela supressão real da alienação do homem (PE, I, 318). No capítulo 55 do *Princípio Esperança*, “Karl Marx e a humanidade”, Bloch tece comentários sobre a relação entre de teoria de Marx e o humanismo, abordando o conteúdo da matéria da esperança (PE, III, 477-501). O humanismo não é uma fase do pensamento marxiano, se entendido por humanização não uma essência abstrata, mas “rostro humano em realização” (PE, III, 483). O Reino da liberdade, nesse aspecto, consiste na realização plena do *humanum*, “cânon e medida de justiça” (PE, III, 483). O Reino da Liberdade não é, segundo Bloch, uma aspiração quimérica ou um “céu sobre a terra”, mas a mudança do mundo a partir dele mesmo, “metamorfose do mundo além da opressão” (PE, I, 322). Bloch cita Marx a fim de precisar o conceito de “Reino da Liberdade”, o qual só será totalmente atingido com o homem socializado.

*O reino da liberdade só começa de fato quando termina o trabalho imposto pela necessidade e pela coação dos fins externos; permanece, pois, conforme a natureza das coisas, mas além da órbita da verdadeira produção material.*¹⁵

3. Grupo de teses relativas à teoria - prática - teses 2 e 8 (PE, I, 322-330)

Bloch ressalta o problema da relação entre teoria e prática em sua análise das teses 2 e 8. Marx afirma na tese 2:

A questão de se saber se o pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim prática. É na prática que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno de seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento, isolado da prática, é um problema puramente escolástico.

Na tese 8, anuncia:

A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática.¹⁶

Nesse conjunto de teses, Marx defende a teoria de que o pensamento não pode estar perdido em generalidades e abstrações, mas sim ligado a uma prática. Desse modo, “a consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real”.¹⁷ A relação teoria - prática é criadora e inovadora, pois somente quando se percebe a realidade como movimento, é que se compreende que a teoria do conhecimento não se esgota nem numa teoria pura da ação - “que não se apoia sobre qualquer teoria econômica elaborada e que não seguiria o itinerário de uma tendência dialeticamente compreendida” (PE, I, 327) - nem muito menos, em divagações “escolásticas”. O objetivo de Bloch, quando discute o tema “teoria e prática, é fundamentar uma valoração teleológica¹⁸ para a ação do homem. Assim, a teoria orienta a prática e é por esta retificada.

4. A Filosofia marxista - tese 11 (PE, I, 330-338)

Dar uma resposta para o sentido da práxis consiste em compreender a filosofia como tarefa, não apenas admissível, mas necessária. Bloch considera que a tese 11 é a mais importante de

todas elas, pois, contrariamente ao que se supõe à primeira vista, nessa tese estão afirmadas a permanência e a importância da filosofia como instrumento de transformação e revolução. É conhecida a tese 11: “os filósofos nada mais fizeram que interpretar o mundo de diferentes maneiras; trata-se, antes de transformá-lo”.¹⁹

Algumas versões introduzem a conjunção “mas” entre os verbos “interpretar” e “transformar”, dando a impressão de serem termos antagônicos. Todavia, Bloch, numa análise filológica, referindo-se ao texto original, mostra que ali tal conjunção não se encontra²⁰, sendo, portanto, acréscimo que pode ser atribuído a Engels, quando da publicação, em 1888, das *Teses sobre Feuerbach*, como apêndice a seu *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia alemã*:

A conjunção mas (aber) introduzida aqui, não por contradição, mas pôr alargamento da primeira parte da frase, não se encontrava no texto original de Marx (PE, I, 334).

Com esta ressalva, Bloch visa mostrar que a crítica de Marx à filosofia consistiu em ser fundada em uma ontologia do Ser que foi até agora, e não sobre o que não é ainda, do que não é ainda, do que está, sem cessar, a re-fundar o ser. Assim sendo, alerta Bloch:

O que Marx repreende nos filósofos até esse dia, ou melhor, o que ele denuncia neles como sendo uma barreira de classes, é o fato de que somente interpretaram o mundo de diferentes maneiras - não que eles tivessem filosofado (PE, I, 334).

Nesse aspecto, Bloch mostra que o termo “interpretar” só é criticável na filosofia quando for dissociado da transformação, bem como o termo “transformar” é criticável quando não estiver ligado à teoria. É preciso, portanto, eliminar as possíveis interpretações pragmatistas da 11ª. tese, a fim de destacar como a filosofia da revolução se realiza. Bloch faz uma crítica ferrenha contra o

pragmatismo que é o “último agnosticismo de uma sociedade desprovida de toda vontade de verdade”. Somente um desconhecimento da “imensa riqueza da teoria marxista” permite a “cruel falsificação da 11ª. tese, ao evocar o pragmatismo por seu método”. Lembrando Marx, continua Bloch, “um pensamento não é verdadeiro porque é útil, mas é útil porque é verdadeiro” (PE, I, 333). Interpretar a 11ª. tese, como se ela contivesse um certo pragmatismo, limitaria toda a riqueza da teoria marxiana; a práxis se constitui no problema típico da filosofia. Nesse campo, situa-se a consciência ia de *futuro*, como dimensão da própria práxis. Ao refutar-se a identificação pragmática do verdadeiro com o útil, identificado com o presente dado, há a possibilidade de uma abertura para o presente (tema da utopia concreta), permitindo-se uma visão mais ampla da própria realidade, não mais identificada com o simples factual. A novidade do marxismo, como filosofia, consiste na mudança radical do próprio fundamento filosófico, não mais voltado para a contemplação do já existente. Segundo Bloch,

O marxismo não seria uma transformação no sentido verdadeiro do termo se não reconhecesse, antes dela e nela, o primado teórico-prático da verdadeira filosofia (PE, I, 337). {...} A transformação filosófica se efetua essencialmente no horizonte do devir totalmente fechado à contemplação, à interpretação, sendo melhor inteligível graças ao marxismo (PE, I, 338).

A filosofia é real instrumento revolucionário quando não se esgota em atividades e transformações imediatas; contribui, portanto, para que o futuro não seja apenas um ideal abstrato, mas esteja carregado de esperança concreta, realizando o possível dialético. É oportuno ressaltar que o problema da superação da filosofia constitui a realização da “filosofia da revolução, isto é da filosofia da *transformação*, no sentido do Bem”, o qual, “finalmente não aparece senão no horizonte do devir e em si com a ciência do Novo e a força necessária para a dirigir” (PE, I, 340).

Nesse sentido, a filosofia converte-se em práxis revolucionária, fundamento da utopia concreta. Ao caracterizar a filosofia marxiana dessa forma, Bloch deve investigar as bases teóricas e práticas da própria revolução. Ele entende que o trabalhador constitui na única classe social que tem condições de superar as contradições teórico-práticas.

*O trabalhador, doravante, não tem mais o direito de buscar, de ensaiar outra coisa, senão a que se encontra ser possível, que não se trata, por sua vez, senão do passo seguinte. A isto corresponde no ato revolucionário, o saber que o trabalhador assalariado oprimido vai utilizar.*²¹

Seguindo a fórmula marxiana, Bloch tenta demonstrar que existe uma aliança entre a filosofia e o proletariado. Para ele, a filosofia não pode ser realizada efetivamente sem a supressão do proletariado e o proletariado não pode se suprimir sem a supressão efetiva da filosofia (PE, I, 388). Essa abolição é o último ato do comunismo. O processo de revolução parte do princípio de que o presente dever ser melhorado, o que não significaria, porém, uma negação do passado (o passado não é um museu para o marxismo). No entanto, tratar o marxismo, não apenas como método de análise do presente, mas antes de tudo dirigido para o futuro, parece contradizer a concepção de que Marx quase nada dedicou à análise do futuro; antes, permaneceu em uma crítica esmagadora do sistema capitalista. Lênin, nessa linha de raciocínio, afirma:

*O comunismo nasce do capitalismo por via do desenvolvimento histórico, que é obra da força social engendrada pelo capitalismo. Marx não se deixa seduzir pela utopia, não procura inutilmente adivinhar o que não se pode saber.*²²

Esta afirmação de Lênin só pode ser interpretada em função do engajamento com seus companheiros que buscavam minar as bases

do sistema czarista (contrariando as suas próprias palavras de que o socialismo só se desenvolveria onde as formas capitalistas já estivessem suficientemente desenvolvidas). Lênin, típico político revolucionário, precisava fazer com que a revolução permanecesse; não esperou que as condições histórico-materiais estivessem maduras para tal, ou seja, para a revolução acontecer como uma necessidade fatal.

Lênin não esperou que as condições na Rússia dessem permissão para o socialismo no tempo longínquo e cômodo de seus netos. Lênin ultrapassou as condições, ou melhor, ajudou o seu amadurecimento por objetivos concreto-antecipadores, situados além delas, objetivos que são parte também do amadurecimento (PE, II, 148).

A aparente contradição entre a necessidade de o socialismo surgir da derrocada do sistema capitalista e a revoluções socialistas que se realizam em lugares onde ainda não estavam totalmente desenvolvidas as contradições capitalistas, coloca em questão o próprio sentido antecipador ao ainda-não-ser. Se a consciência fosse determinada pela vida social, ela nunca poderia lançar-se para o futuro, nem tão pouco planejar o amanhã concreto. De um outro lado, se a vida social fosse determinada pela consciência, ela também não poderia construir antecipações concretas, pois lhe faltaria conteúdo material.

Há, porém, uma questão a ser ainda abordada, a saber: como o marxismo pode se constituir em condição preparadora para o devir, sem, contudo, deixar de ser instrumento de crítica concreta do presente? O conceito de revolução, identificado pela busca do *Novum*, isto é, a realização do possível dialético, anima a classe trabalhadora por uma sociedade verdadeira. Nessa caminhada, no entanto, alguns desvios podem ocorrer, como cair em um ativismo ou em um teorismo revolucionário. Bloch analisa esse problema do cap. 17 de *O Princípio Esperança*, destacando o que

denomina de “corrente fria” (elemento teórico-revolucionário) e “corrente quente” (elemento prático-revolucionário), do marxismo. Querendo apressar as condições prática de uma revolução, o revolucionário pode esquecer, ou deixar em plano secundário, a própria ciência dialética marxista, sem reconhecer a dinâmica interna do movimento revolucionário. O caminho seria esclarecido em função do fim, e o fim toma substância no caminho. Para Bloch, deve haver uma aliança entre a “corrente fria” e a “corrente quente” na antecipação concreta, pois, caso contrário, o fim e o caminho seriam duas coisas dissociadas, reificadas em seu isolamento.

Graças à corrente fria, o materialismo marxista é, não somente uma ciência de condições, mas, ao mesmo tempo, a ciência da luta e da oposição a todos os entraves e às dissimulações ideológicas das condições de última instância, que são sempre de natureza econômica. Sobressaem, de outro lado, na corrente quente do marxismo, a intenção libertadora e a tendência real materialisticamente humana, humanamente materialista, no fim das quais todas essas desmistificações são empreendidas (PE, I, 253).

Na relação dialética entre “corrente fria” e “corrente quente”, encontra-se a fundamentação para a própria práxis revolucionária que, ao colocar um fim explícito (o reino da liberdade), tem de levar em conta o presente, sendo necessário, portanto, o seu real conhecimento, sem o qual todo e qualquer movimento cairia no utopismo, ao lhe faltarem bases concretas. A predominância do elemento revolucionário-prático-tático sobre o político-teórico-estratégico pode levar ao ativismo revolucionário. Apesar do objetivo fundamental do socialismo ser eminentemente prático - a libertação do homem - nele estão contidos elementos teóricos, refeitos pela prática, manifestando-se nas categorias de revolução político-revolucionária. A análise da relação dialética entre as correntes quente e fria do marxismo cumpre a função de denunciar os possíveis desvios dos militantes políticos que, ou se escondem na

teoria pura, ou a negam em nome da prática. O mote: “o importante é a ação concreta”, usado por alguns militantes de partidos de esquerda, contem em si um grande perigo, pois sugere simplesmente a prática pela prática, num pragmatismo rudimentar; nega-se o valor da teoria para o futuro, pois ao aceitar-se a tese dogmática do ativismo, nega-se, também, a função transformadora do pensamento.

Conclusão

Refletir sobre a filosofia marxiana é refletir sobre a própria possibilidade de o homem assumir-se enquanto construtor de um futuro onde, não existindo as desigualdades sociais (notadamente a econômica), reinará a liberdade em sua completitude. A tarefa da filosofia é aqui evidente, pois faz com que o homem se dirija para o Sumo Bem (entendido não em sentido idealista ou religioso, mas sim histórico). Para compreender que coisa é o Sumo Bem, Bloch nega uma visão historicista da história (onde as engrenagens sociais fizessem com que o presente fosse determinado pelo passado e, pôr consequência, determinante do futuro). A raiz para a compreensão do materialismo histórico, entendido como antecipação concreta do ainda-não-ser pode ser encontrada na noção de trabalho, no conteúdo do homem trabalhando. Pelo trabalho, o homem se humaniza, através de sua própria história e nela se desenvolve, com um aperfeiçoamento cada vez maior, “até ao homem sem classe, que representa e resume a última possibilidade disposta na história que se desenvolveu até aqui” (PE, I, 287). Longe de desconhecer a dinâmica social da história, Bloch nela encontra os motivos segundo os quais o homem, ao fazer a história, lança-se no desconhecido; isso é motivado não pelo simples prazer de investigação ou insatisfação quanto ao presente, mas porque ele se dirige para o Sumo Bem.

Segundo Bloch, o Sumo Bem é o que é digno de ser desejado, o “Único Necessário”, orientando todas as utopias do homem (PE, I, 26-7). O Sumo Bem é o objetivo final antecipado (o *Ultimum*), realizado no “trabalho revolucionário concreto” (PE, I, 378): a utopia do Sumo Bem identifica-se com a luta pela libertação da humanidade (PE, I, 379). A discussão sobre o conteúdo do Sumo Bem está presente na história da filosofia, pois “a orientação para o único Necessário animou igualmente todas as filosofias anteriores” (PE, I, 27). Todavia, embora o Sumo Bem seja identificado com a libertação da humanidade, fim último, sendo, portanto, fonte de satisfação constante, “o lugar onde se encontra a fonte está escondido no insignificante, em algo sempre representativo” (PE, III, 435). O conteúdo do Sumo Bem permanece, portanto, no “fermento do incógnito” (PE, I, 367).

A ação humana, ao dirigir-se para o *Novum*, orienta-se pelo Bem Supremo, o qual é identificado com a liberdade: o homem concreto, que vive uma situação de opressão, dela conscientizando-se, visa a libertação. Torna-se necessário, porém, que ele perceba que tal situação existe não apenas a nível individual, mas coletivo: o seu conflito individual está inserido no conflito de classes. Assim, o homem somente adquire a capacidade de ultrapassar a alienação e a opressão quando percebe tal conflito. O homem toma consciência de seu poder a partir da percepção de que, através do trabalho, pode interferir no mundo, transformando-o. A essência da perfectibilidade nada mais é do que a abolição da alienação no homem e na natureza (PE, I, 290), pois o homem é, sem cessar, transformado em seu trabalho e por seu trabalho. Existe, portanto, um aspecto destruidor do *Humanum* na sociedade capitalista: todas as atividades dos trabalhadores existem em função dessa produção. Até mesmo dormindo ou em lazer., o trabalhador descansa para uma nova jornada, vivendo em função da burguesia ao recuperar suas forças para produzir melhor (PE, III., 491). No momento em que o trabalhador toma em suas mãos o processo de

transformação social, abre caminho para o surgimento da nova sociedade, pois, ao tornar-se consciente de que não é objeto, mas sujeito da história, assume diretamente esse processo. Implica, porém, que o trabalhador destrua a alienação, tornando-se ser para si. Bloch, seguindo totalmente a análise que Marx faz sobre o trabalho alienado nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, afirma que o princípio da desalienação orienta o homem para a sua libertação. É sintomática a última frase com a qual Bloch conclui *O Princípio Esperança*:

A verdadeira gênese não se encontra no princípio, mas no final e começará somente quando a sociedade e a existência se façam radicais, isto é, quando ponham mão em sua raiz. A raiz da história é, porém, o homem que trabalha, que cria, que modifica e supera as circunstâncias dadas” (PE, III, 501).

A força que o trabalhador tem em suas mãos deve ser orientada por ele mesmo como instrumento de real mudança da sociedade. É necessário, porém, que ele se assuma como sujeito desse processo, sem, o qual não haverá mudanças qualitativas, havendo, no máximo, reformas que impedem que o trabalhador se perceba como sujeito, pois mantêm a situação de alienação. O homem aspira, em suas lutas concretas, ao Sumo Bem, ao “último conteúdo desiderativo” (PE’ III, 432). Bloch, apoiando-se em Marx, assim formula o sentido dessa essência de perfectibilidade:

A essência de perfectibilidade é, segundo a mais concreta das antecipações, a de Marx, “a naturalização do homem, a humanização da natureza.” É a abolição da alienação no homem e na natureza, entre homem e a natureza, ou ainda o acordo do objeto não reificado e do sujeito manifestado, do sujeito não reificado e do objeto manifestado (PE, I, 290).

Explicita-se, aqui, a interdependência entre o homem e a natureza; somente enquanto livre, o homem pode, de fato, ter amplo domínio sobre a natureza. A fórmula marxiana: “a naturalização do homem e a humanização da natureza” tem a força de lembrar que o homem é um ser que transforma a natureza, bem como, que a natureza é a morada do homem.

NOTAS

- ¹ Para uma análise do conceito “utopia”, aplicado ao marxismo, ver A. R. VIEIRA, “A racionalidade ética da utopia marxiana”, *Revista de Filosofia*, João Pessoa, Mestrado em Filosofia, agosto/93, nº2, p. 77-84
- ² Título original: *Das Prinzip Hoffnung*, (1954-1959), em 5 partes. Há a tradução para o francês (*Le Principe Espérance*, Paris, Gallimard, 3 vol.) e para o espanhol (*El principio Esperanza*, Madrid, Gallimard, 3 vol.). Para facilitar as citações de *O Principio Esperança*, abreviaremos como PE, seguindo-se a indicação do volume e página - o volume I será da edição francesa, os volumes II e III da edição espanhola.
- ³ Ver a tradução para o português em Ernst BLOCH, “Mudança de mundo: ou as 11 Teses sobre Feuerbach”, In Adelmo GENRO FILHO (org.), *Filosofia e práxis revolucionária*, São Paulo, Brasil Debates Ed., 1988, p. 30-60. Ver o resumo da análise blochiana das 11 Teses em: Pierre FURTER, *Dialética da esperança: uma interpretação do pensamento utópico de Ernst Bloch*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 120-122; S. ZECCHI, *Ernst Bloch: utopia y esperanza en el comunismo*, Barcelona, Península, 1978, p. 122-135.
- ⁴ K. MARX, *Thèses sur Feuerbach*, em K. MARX e F. ENGELS, *Études Philosophiques*, Paris, Ed. Sociales, 1947, p. 57. Segundo Engels, as *Teses sobre Feuerbach* são “simples notas tomadas rapidamente no papel para ulterior trabalho, de modo algum destinado à impressão, mas de um valor inestimável, por ser o primeiro documento onde está posto o germe inicial da nova concepção de mundo” (F. ENGELS, Prefácio à *Études Philosophiques*, op. cit., p. 7-8).
- ⁵ Karl MARX e F. ENGELS, *A Ideologia Alemã*, Lisboa, Presença, 1980, vol. I, p. 19.

- ⁶ K. MARX, Prefácio de 1859 à *Contribuição à crítica da Economia Política*, São Paulo, Martins Fontes, 1977, p. 24. Em *A Ideologia Alemã*, I, p. 26, Marx e Engels, 13 anos antes, tinham posição idêntica: “Serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”.
- ⁷ Cf. F. ENGELS, Carta a Joseph Bloch, citada em L. SÈVE, *Une introduction à la philosophie marxiste*, Paris, Ed. Sociales, 1980, p. 167.
- ⁸ K. MARX e F. ENGELS, *A Ideologia Alemã*, vol. I, p. 55-6. No *Manifesto Comunista* os mesmos autores afirmam: “As idéias dominantes de uma época nunca foram mais que as idéias da classe dominante”.
- ⁹ F. ENGELS, *Anti-Dühring*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 102.
- ¹⁰ K. MARX, *Manuscritos econômicos e filosóficos*, in FROMM, Erich, *Conceito marxista de homem*, Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 116-7.
- ¹¹ Ver: Louis ALTHUSSER e outros, *Ler o Capital*, 2 vol., Rio de Janeiro, Zahar, 1980; L. ALTHUSSER, *A favor de Marx*, Rio de Janeiro, Zahar; ver também o debate entre L. ALTHUSSER e Jorge SEMPRUM e Francis COHEN: *Marxisme et humanisme*, in *La Nouvelle Critique*, nº 164, março de 1965, onde Althusser reassume sua tese, admitindo que só se pode falar de humanismo marxiano na primeira fase do jovem Marx, pois, “a partir de 1845, Marx rompe radicalmente com toda teoria que funda a história e a política sobre a essência de homem” (p. 7).
- ¹² O humanismo concreto, pensa acertadamente L. Basbaum, consiste na “revolução não apenas do proletariado, mas de todos os homens, os *subhomens*, no sentido de transformá-los em homens” (L. BASBAUM, *Humanismo e alienação*, São Paulo, Símbolo, 1977, p. 92).
- ¹³ É assim que também pensa L. Goldmann quando diz: “O humanismo materialista e dialético afirma assim como valor supremo a *realização* histórica de uma *comunidade* humana autêntica que *só pode existir entre homens inteiramente livres*, comunidade que pressupõe a supressão de todos os entraves sociais, jurídicos e econômicos à liberdade individual, a supressão das classes sociais e da exploração” (L. GOLDMANN, *Dialética e cultura*, 2a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 33).
- ¹⁴ E. BLOCH, *Droit naturel et dignité humaine*, Paris, Payot, 1976, p. 196.
- ¹⁵ K. MARX, *El Capital*, vol. III, México, FCE, p. 759 (passagem citada em PE, III, 483). Em sua análise sobre o trabalho não alienado, Marx afirma que “a liberdade {...} só pode consistir no homem socializado”; para isso é necessário que o intercâmbio das matérias esteja sob seu controle, havendo um “menor gasto possível de forças nas condições mais adequadas e mais

dignas de sua *natureza humana*" {...} O verdadeiro reino da liberdade {...} só pode florescer tomando como base aquele reino da necessidade. A condição fundamental para isso é a redução da jornada de trabalho" (idem - grifo nosso).

- ¹⁶ K. MARX, *Thèses sur Feuerbach*, (teses 2 e 8), p. 57 e p. 59; citadas em PE, I, 323, 329.
- ¹⁷ K. MARX e F. ENGELS, *A Ideologia Alemã*, vol. I., p. 25.
- ¹⁸ S. ZECCHI comenta, acertadamente, a relação entre teoria e prática: "quando a práxis se converte na prova decisiva para a teoria, realiza esse salto qualitativo que especifica o objetivo da teoria-práxis (livre de todo partidarismo pragmático exclusivamente utilitarista), num sentido teleológico" (*op. cit.*, p. 134).
- ¹⁹ K. MARX, *Thèses sur Feuerbach*, p. 59 (citada em PE, I, 331).
- ²⁰ "Die Philosophen haben die Welt nur verschieden interpretiert, es kommt darauf an, sie zu verändern" (K. Marx, *Mega*, I, 5, p. 535).
- ²¹ E. BLOCH, *L'esprit de l'utopie*, Paris, Gallimard, 1977, p. 288.
- ²² V. I. LÊNIN, *O Estado e a Revolução*, São Paulo, Hucitec, 1979, p. 104-5.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. et al. *Marxisme et humanisme. La Nouvelle Critique*. nº 164, março de 1965.
- BASBAUM, L. *Humanismo e alienação*. São Paulo: Símbolo, 1977
- BLOCH, E. *Le Principe Espérance*, tome I. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. *El Principio Esperanza*, tomos II e III, Madrid: Aguilar, 1976, 1980.
- _____. *Droit naturel et dignité humaine*, Paris: Payot, 1976.
- _____. *L'esprit de l'utopie*, Paris: Gallimard, 1977.
- _____. "Mudança de mundo: ou as 11 Teses sobre Feuerbach", In Adelmo GENRO FILHO (org.), *Filosofia e práxis revolucionária*. São Paulo: Brasil Debates, 1988, p. 30-60.
- ENGELS, F. *Anti-Düring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- FURTER, P. *Dialética da esperança: uma interpretação do pensamento utópico em Ernst Bloch*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- GOLDMANN, L. *Dialética e cultura*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MARX, Karl. *Thèses sur Feuerbach*. In: K. MARX e F. ENGELS. *Études philosophiques*. Paris: Sociales, 1947.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. In: E. FROMM, *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- _____. *El Capital*, 3 vol., México: FCE, s/d.
- MARX, K. e F. ENGELS. *A Ideologia Alemã*, vol. I. Lisboa: Presença, 1980.
- SÈVE, L. *Une introduction à la philosophie marxiste*. Paris: Sociales, 1980.
- VIEIRA, A.R. "A racionalidade ética da filosofia marxiana". *Revista de Filosofia*. João Pessoa: Mestrado em Filosofia, nº 2, agosto93, p. 77-84.
- ZECCHI, S. *Ernst Bloch; utopia y esperanza en el comunismo*. Barcelona: Península, 1978.